

A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E DE DIREITO SOBRE OS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

NOGAROTO, Mariana Quinágua (autor) – UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga.
HAMPARIAM, Carol Godoi (orientador) – UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga.

Considerando que psicologia jurídica é um campo de atuação em desenvolvimento, entende-se a necessidade de estudar a dinâmica dos trabalhos produzidos pelas duas esferas envolvidas, a psicologia e o direito. Portanto, o presente trabalho busca analisar a compreensão que os alunos de ambas as áreas possuem dos jovens que praticam atos infracionais e as medidas que são tomadas. A coleta de dados foi feita a partir de um questionário com 4 questões fechadas e outras 4 questões abertas e participaram da pesquisa 30 alunos do 4º ano do curso de direito e 30 alunos do 4º ano do curso de psicologia de um Centro Universitário do Noroeste Paulista. O trabalho apóia-se na teoria psicanalítica e busca um teor científico isento de pré-julgamentos a respeito desses indivíduos. Pode-se observar através dos dados obtidos, que os jovens em conflito com a lei geram uma grande divisão de opiniões, indicando a ausência de uma concordância sobre o assunto entre os estudantes de direito e de psicologia entrevistados. O resultado dessa pesquisa, aponta para a necessidade do amadurecimento sobre as ideias a respeito dos jovens em conflito com a lei, pois, ainda há uma resistência movida pela desesperança social.

Palavras-chave: Jovens Infratores. Medidas socioeducativas. Psicologia jurídica. Antissocial.

REFERÊNCIAS:

WINNICOTT, D. W. Privação e Delinquência. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

GOMES, C. C. Adolescentes autores de atos infracionais e histórias de vida: construindo histórias em intervenção grupal no contexto da medida socioeducativa de liberdade assistida. Brasília, 2012. p. 201. Universidade de Brasília.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. In: Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, 2004.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1974. 158p.